

O trabalho do Grupo Acesso com os profissionais das instituições de acolhimento¹

Cristina Almeida de Souza
Cristina Banduk Seguin
Flávia Blay Levisky
Lia Lima Telles Rudge
Sandra Ungaretti

O Grupo Acesso foi criado em 1996 com o intuito de atender à criança/adolescente separada de sua família de origem, e que vive com família substituta ou em instituições de acolhimento.

O abandono e a violência marcam precocemente essa criança e tendem a se repetir nas relações que estabelece vida a fora.

O objetivo do Grupo Acesso é interromper o circuito de abandono e violência reproduzido nas malhas das instituições criadas para proteger e cuidar.

Buscamos alcançar tal objetivo com a trama de três linhas de ação: o estudo, a pesquisa e a intervenção. É nesse e por esse tramado que nos movimentamos, sustentamos o nosso trabalho e a nossa vontade de saber.

A intervenção é o carro chefe de nossas indagações. Com ela identificamos temas que se desdobram em estudo, pesquisa ou em novos projetos de intervenção. São temas identificados nos atendimentos psicoterápicos, por exemplo, a terapia com grupos de irmãos, a adoção por casal homossexual, o lugar da lei e de seus representantes na constituição psíquica dos laços de filiação nos processos de adoção, só para citar alguns.

Desde o início do Grupo, uma ideia muito ampla de intervenção direciona o trabalho. Vejamos.

O desenho da intervenção se faz de acordo com a singularidade do caso atendido e pode incluir diferentes especialidades como psiquiatria, serviço social, acompanhantes terapêuticos, psicopedagogos, supervisores institucionais, além de familiares da criança, trabalhadores dos abrigos, técnicos das Varas da Infância e da Juventude, conselheiros tutelares, promotores, coordenadores das escolas, médicos e outros.

Além disso, buscamos outras maneiras de intervenção como as realizações: um ciclo de debates sobre temas relacionados à adoção com a parceria da Fundação Orsa; duas

¹ Texto apresentado na Jornada 2013 da Clínica Psicológica do Instituto Sedes Sapientiae. São Paulo: Instituto Sedes Sapientiae.

cartilhas sobre a adoção a pedido da Associação dos Magistrados Brasileiros; entrevistas em programas de TV e em revistas de grande circulação nacional; duas mini jornadas com temas do universo de acolhimento institucional, além de apresentação de trabalhos em congressos; publicação de artigos em revistas científicas e a organização de um livro.

Também, com base nos trabalhos que realizamos, identificamos demandas e propomos projetos como a criação do núcleo abrigos.

O núcleo abrigos

O trabalho do núcleo abrigos constituiu-se, originalmente, como um desdobramento dos atendimentos clínicos realizados pela nossa equipe com crianças e adolescentes que vivem em instituições de acolhimento. Nesses atendimentos percebíamos as dificuldades dos profissionais em lidar com as dificuldades dessas crianças, em compreendê-las e dar um sentido às manifestações que elas apresentavam.

Assim, criamos em 2006 um núcleo no Grupo Acesso direcionado para pensar, estudar e intervir junto aos profissionais dessas instituições. Os membros do Grupo que fazem parte desse núcleo possuem trajetória profissional como supervisor e formador de profissionais de instituições voltadas para criança que antecede e extrapola os trabalhos do núcleo de abrigos do Grupo Acesso.

O objetivo geral desse trabalho é fazer no vivido institucional “um corte que faz pensar”². Nossa estratégia é trabalhar os casos trazidos pelos profissionais. Como efeito de nossa intervenção a fala sobre o caso desliza para as falas sobre as relações institucionais que então podem ser pensadas.

De que eles nos falam?

Do momento da chegada de um bebê ao abrigo quando se interrogam sobre esse sujeito que se apresenta, sobre o que busca comunicar com suas manifestações, sobre como oferecer aos bebês cuidados tão singulares, num espaço coletivo. Esse acolhimento implica em conhecer bebês dos quais nada ou pouco se sabe, atender às suas necessidades físicas e emocionais, conter a angústia e o desamparo que costumam manifestar, estabelecer com eles vínculos em que experimentem sensações de segurança, conforto e confiança.

² Expressão utilizada por Marlene Guirado (1987/2004, p. 119).
Guirado, M. (2004). *Psicologia institucional* (2ª ed.). São Paulo: EPU.

De meninos e meninas que reencenam suas experiências por meio de fugas, violência contra si e contra os outros. Ou diferentemente, se encolhem no seu canto e “não dão trabalho”, ficando muitas vezes esquecidos, e porque não dizer, novamente abandonados. De um modo ou de outro, as crianças das quais nos falamos gritam e clamam por uma atenção que os ajude a dar sentido para essas experiências, para que possam com elas lidar. Essas situações remetem à falta de lugar para que a dor possa ser acolhida. Na fala de um educador “é uma dor tão grande que **eles** não dão conta”? Perguntamos: **eles** quem? As crianças e os adolescentes? Eles próprios? Observamos que esses profissionais, muitas vezes, ficam submersos a esses sentimentos. Ou, defensivamente, se apegam a regras burocráticas e rígidas. Ou ainda, buscam a qualquer custo que essas crianças voltem para a família de origem, ou sejam encaminhadas para adoção mesmo quando tudo indica que estas saídas estão fadadas ao fracasso.

A reintegração da criança na família a qualquer custo coloca à mostra a tendência dos educadores de pensar que só a família pode oferecer à criança aquilo de que necessita. Assim, quando os educadores se sentem convocados pelas crianças ao apego, eles se cobram não poder reparar as faltas sofridas pela separação da criança de seu ambiente familiar, não poder repor tudo o que a criança perdeu ou não recebeu. Diante dessa expectativa, sentem-se sempre em falta e em dívida pela impossibilidade de realizá-la. Essa idealização da família, geralmente, se torna acachapante, impedindo que a equipe do acolhimento se dê conta da potência de seu trabalho e do muito que fazem em seu cotidiano.

Os profissionais nos falam da angústia produzida nessas situações nas quais veem que o trabalho fracassou, pensam que não tem o que fazer, que não tem recursos para intervir, o que gera desânimo, para dizer o mínimo. As crianças em acolhimento são crianças para as quais o ideal foi rompido de saída. A sua entrada nessa instituição foi dada por falhas das mais diversas ordens: sociais, econômicas, familiares, emocionais. Crianças e adultos ficam sob a mesma égide: o universo da precariedade, das faltas, das perdas e dos fracassos é recriado nessas relações.

Outras vezes, os educadores nos falam de condutas que indicam uma forte necessidade da criança ou do adolescente de se discriminar desse outro, tentativas de saída de um lugar passivo e de submissão. Nesse movimento, os interesses, as habilidades e as competências identificadas pela criança ou adolescente nem sempre estão em consonância com o que o adulto pensa e acredita ser o melhor para eles; muitas vezes se dá em franca oposição aos mesmos. Nessas

situações os educadores, na maioria das vezes, não se veem preparados para tal aventura, intensa e turbulenta, de acompanhar os percursos que cada sujeito vai traçando para si ao crescer.

Os profissionais também nos falam da angústia diante do desacolhimento de adolescentes que, por já terem completado 18 anos, precisam sair dos abrigos onde viviam até então. Os educadores se afligem ao constatar que perto do desacolhimento precisam preparar adolescentes rapidamente para a nova condição de cuidar de si mesmo, como se isso fosse possível em tão pouco tempo.

Em nosso trabalho nos deparamos com a tendência dos educadores de compreender e explicar as condutas atuais das crianças e adolescentes apenas em função de violências sofridas antes do acolhimento. Em geral, não se indagam sobre os efeitos do que fazem ou deixam de fazer, de como afetam os sujeitos envolvidos. Nossa intervenção provoca este movimento. Do foco na história passada lança luz na história vivida naquelas relações, procurando implicar o profissional no que se passa com as crianças que atendem.

Os casos das crianças trazidos pelos profissionais também nos falam da falta de articulação da equipe que, portanto, não funciona como tal. Nosso trabalho tem facilitado a constituição da equipe de profissionais, uma vez que os leva a conversar sobre a criança, considerar os diferentes pontos de vistas, pensar nos princípios de condutas a serem assumidos por todos e, ainda, a construir as especificidades de ação de cada cargo.

Os abrigos que nos procuram são bastante representativos do campo do acolhimento institucional no Brasil. São organizações privadas, que por muito tempo tiveram forte caráter assistencialista, e que por força da lei buscam atualmente a profissionalização das equipes. As relações nos abrigos trazem as marcas da história dessa instituição. Ainda é comum atribuírem à criança o lugar do coitado, do privilegiado (pasmem) por receberem “o que muitas crianças da classe média não recebem de seus pais”.

Outro fator que aparece com força em todos os nossos atendimentos é o lugar concedido à família. A relação dos profissionais de abrigo com a família de origem da criança configura-se como uma luta permanente. Com base num ideal de família, o profissional se coloca no lugar do bem e do bom saber e a família como desorientada e desinformada, o que justificaria suas ações de avaliar, testar, orientar, encaminhar e regular as relações entre ela e seus filhos, dificultando muitas vezes a reintegração da criança na sua família. Este mesmo

ideal leva a super estimativa da adoção como a saída para crianças em situação de vulnerabilidade.

A título de ilustração, passaremos ao relato de um caso que nos foi levado pela equipe de um abrigo em supervisão.

Uma supervisão

Esse trabalho foi conduzido por uma das componentes do núcleo abrigos:

“Num encontro, a equipe do abrigo (educadores e técnicos) estava intensamente impactada com os acontecimentos dos últimos dias desencadeados por Robson, um menino de sete anos que, em geral, apresentava grande agitação absorvendo a atenção dos profissionais que com ele se relacionavam seja na instituição de acolhimento, ou na escola.

Os educadores começaram a contar os episódios isoladamente, fora da sequência temporal em que aconteceram e sem fazerem qualquer relação entre eles, o que dificultava muito a compreensão. À medida que a fala era cortada com perguntas de esclarecimentos sobre o que estava sendo dito, os educadores trocavam informações entre eles, porque nem sempre eram as mesmas pessoas presentes nas situações. Nesse movimento, os acontecimentos ganharam uma narrativa histórica favorecendo a construção de alguns sentidos e algumas hipóteses para o ocorrido. Contarei o caso na sequência organizada no encontro.

Certa tarde, Robson estava junto da educadora Celina, que cuidava da troca de fraldas de alguns bebês. Ela se afastou brevemente e quando voltou o viu com as calças abaixadas, colocando seu pênis na boca de um bebê de 1 ano e meio, dizendo: – "Chupa, chupa".

Celina comenta que sua vontade era afastá-lo violentamente dali, dar “uns tapões nele, para ele voar longe”, mas conseguiu se conter e dizer: - “Levanta esta calça agora, que eu vou chamar a Malu”. Malu, gestora do abrigo, dirigiu-se a Robson e o repreendeu: - "Eu não quero mais saber destas histórias aqui dentro do abrigo".

As atuações do menino prosseguiram com uma carga de violência cada vez mais intensa. Pouco depois do episódio narrado ele quebrou uma porta de vidro e com os cacos tentou agredir Celina. Esta pediu socorro à gestora, que teve uma nova conversa com Robson.

No dia seguinte a gestora foi chamada à escola porque Robson estava "surtando lá". Na escola vários funcionários seguravam a criança, que gritava e tentava agredir a todos. A gestora contou que chegando à escola pediu para que as pessoas deixassem Robson e então ela o segurou e disse:- "Olha você vai ficar aqui. Você tem que respeitar as pessoas. Olha quantas pessoas estão aqui, profissionais que estão trabalhando e você tirou do trabalho". Robson começou a se justificar dizendo: – "Fulano fez isto, sicrano aquilo" ao que Malu interrompeu: – "Não adianta o que você vai contar, a gente viu a cena que você provocou aqui dentro". Então Robson começou a gritar e Malu lhe disse: – "Você vai gritar quanto você quiser, uma hora você vai parar". Malu explica que Robson fez um show na escola, "Porque isto ele sabe fazer, ele é um show à parte. É um show que ele representa muito bem, que a gente sabe". Robson acalmou-se e foi levado para o abrigo.

Na tarde deste mesmo dia, nova agressão a outra criança, produzindo um grande corte na testa dela. A gestora tomou as providências para socorrer a criança ferida. Conta que naquele momento teve o impulso de dizer a Robson: "criatura [sic], eu vou te botar dentro de um tambor, vou te fechar aqui pra resolver tudo o que tenho que resolver e depois vou conversar com você". Mas como Robson não parava de gritar, "enlouquecido", decidiu conversar novamente e explicar-lhe o ocorrido, o que ele havia causado para o colega. Em seguida, advertiu: "você vai sentar aqui e daqui você não vai sair, e se você levantar eu vou te sentar, eu vou passar a noite inteira aqui, mas você não sai daqui". E ele ficou.

Nos encontros de supervisão destacou-se o grande esforço das educadoras em interditar seu próprio impulso violento e para operar uma interdição dos impulsos de Robson. Contudo, pudemos ressaltar que os lugares em que Robson foi colocado em suas falas - repugnante, tarado, perigoso, exibido, trabalhoso, malandro, mentiroso, atribuições que em si mesmas são violentas – configuram-se como violências por parte dos educadores. Entendemos, assim, que Robson respondeu violentamente contra essas imputações, numa circularidade difícil de interromper. A partir daí, os educadores começaram a compreender que a violência de Robson supõe não só uma forma de se conduzir constituída na sua história precoce, mas também uma violência produzida naquelas relações.

Também foi salientado em supervisão que em todas as cenas nega-se um lugar de enunciação a Robson. As falas "Eu não quero mais saber", "Não adianta o que você vai contar", "Você vai gritar o quanto você quiser, uma hora você vai parar" ilustram bem isto.

Foi apontado, ainda, que apesar de utilizarem a expressão “conversar com a criança”, o que ocorre é que os educadores falam e a criança escuta.

A brutalidade da cena pareceu impossibilitar os educadores de pensar e olhar para Robson como um menino, possivelmente abusado, repetindo algo vivido e buscando, além da descarga, cortes e referências. A violência despertada nos adultos os impediu de qualquer tentativa de transformação do horror em possibilidade de fala e comunicação.

Foi possível ainda evidenciar a naturalização do que a equipe pensava ser a solução para a proteção dos bebês: a transferência de Robson para outro abrigo. Tal naturalização foi questionada procurando implicar os profissionais em sua função de educar, cuidar e se responsabilizar por todas as crianças em acolhimento, inclusive lembrando-os de que Robson foi para o acolhimento com oito meses de idade.

Nos encontros que se seguiram, sempre considerando as descrições das situações vividas, o trabalho com os educadores voltou-se para a discussão das condutas que a equipe adotaria com Robson e de suas concepções a respeito dele, de modo a lhe oferecer outras imagens de si, imagens admiráveis, com algum brilho, com as quais ele possa se identificar.”

Para concluir...

Para finalizar, consideramos que toda criança em acolhimento sofreu alguma violência e a violência impacta sempre, faz seus efeitos sobre as equipes e os efeitos alcançam crianças e adolescentes. A possibilidade de um espaço de escuta e reflexão é muito importante para a metabolização dos excessos que o trabalho do acolhimento gera, além de favorecer que as concepções que os educadores e técnicos tem sobre o seu fazer venham à tona. Um espaço para expor o que fazem, como fazem, porque fazem e se dar conta de que suas práticas produzem subjetividade. Educadores e técnicos tem suas crenças, valores, projetos educativos, que podem e devem ser pensados e repensados em função da realidade de cada instituição.